

Análise das concepções de ensino e aprendizagem a partir do item 'Formação Geral' das provas ENADE

Elen Karine Schweig Souza¹

Éverton Reis Quevedo²

Resumo: Importante mecanismo para a verificação da qualidade do Ensino Superior no país, o ENADE, além de assuntos pontuais sobre cada área das diversas graduações, propõe às instituições que durante a formação de seus alunos abordem temas gerais e amplos que envolvem a sociedade. O aluno então, além, de seus conhecimentos específicos é desafiado a pensar o todo, a atentar-se ao mundo e as suas dinâmicas. Desta forma, o primeiro item da prova, denominado “Formação Geral”, tenta medir o quanto este aluno obteve de informações ao longo de sua trajetória acadêmica. Pensando nessa necessidade, o projeto de pesquisa “Análise das concepções de ensino e aprendizagem a partir do item ‘Formação Geral’ das provas ENADE”, pretende verificar o desenvolvimento desta temática entre os cursos de graduação do Centro Universitário Cesuca no ano de 2021, focando num melhor aperfeiçoamento dos propósitos para o ENADE. Programado para ser finalizado em dezembro de 2021, a proposta está em fase final de desenvolvimento, e aqui apresentaremos resultados parciais.

PALAVRAS-CHAVE: Formação Geral; ENADE; Ensino e aprendizagem.

1 INTRODUÇÃO

A iniciativa para este trabalho justificou-se pela necessidade de análise das percepções de professores e acadêmicos do curso de Pedagogia do Centro Universitário Cesuca, que realizarão o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) em 2021, sobre o tema “Formação Geral”, a fim de oportunizar a instituição a construção de mecanismos que garantam este debate futuramente ou, que o incentive ainda mais. Este projeto também pretendeu contribuir, a partir da oferta de oficinas sobre o tema, para uma melhor formação dos alunos concluinte do curso, contribuindo assim, com uma possível lacuna na formação, bem como, revisar os temas que estão previstos no item em questão. Apresentamos na sequência, além de pesquisa bibliográfica, importante para a contextualização, dados parciais a partir da análise das ferramentas metodológicas.

¹ Centro Universitário Cesuca. Graduanda do curso de Pedagogia. E-mail: elenkarine.souza@gmail.com.

² Centro Universitário Cesuca. Docente do curso de Pedagogia. E-mail: evertonquevedo@cesuca.edu.br.

2 METODOLOGIA

De cunho qualitativo, a proposta inclui pesquisas bibliográficas, entrevistas, observações e estudo de caso, o que pode nos permitir conhecer e explorar as propostas de ensino que abordem a “Formação Geral” durante as aulas de graduação do Centro Universitário Cesuca. Os dados foram coletados com professores, via entrevistas e questionários, a fim de medir e analisar como trabalham com a temática em suas aulas. Com os alunos, a coleta de dados se deu a partir do preenchimento de formulário sócio histórico e cultural e também a partir da realização de oficinas/palestras (elas ocorrem de agosto a novembro de 2021), sobre as temáticas que envolvem a “Formação Geral”, sendo aplicados, ao final de cada uma das 10 atividades, questionários, onde responderam sobre a importância dos temas e, sobre como estes foram trabalhados durante a sua graduação.

Os dados obtidos através da pesquisa foram analisados de acordo com uma análise textual discursiva baseada em categorias emergentes, o que significa que esta pesquisa pretende construir as categorias necessárias para a compreensão do tema, a partir de sua análise posterior. Nesse caso as unidades de análise são construídas com base nos conhecimentos tácitos do pesquisador, sempre em consonância com os objetivos da pesquisa. Também foram analisados os PPC dos cursos que realizarão o ENADE 2021, a fim de buscarmos maior entendimento dos objetivos, contribuindo para a análise dos resultados.

3 ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

O Ensino Superior no Brasil tem início no século XVII, no Brasil Colônia, onde era ministrado por religiosos sob a direção dos Jesuítas, e era limitado somente aos cursos de Filosofia e Teologia e dispostos aos serviços da metrópole. Já no século XVIII, inicia-se a formação de profissionais liberais, com a criação de cursos onde o objetivo era de formar burocratas para o Estado e especialistas para a produção. Segundo Rodrigues (2011, p.45) só com a vinda da família imperial portuguesa são criados os primeiros cursos de engenharia, medicina, direito e agronomia.

Os primeiros cursos superiores do Brasil são os Cursos de Medicina da Escola Médico-Cirúrgica da Bahia e do Rio de Janeiro, ambos fundados em 1808 por ordem de D. João VI (PERROTTA, 2008, p, 12). Neste período, três tendências europeias influenciavam as vertentes educacionais que predominam na América Latina: o modelo alemão, o francês e o inglês (MAGALHÃES, 2006). Entretanto, apesar dos traços destes três modelos influentes, o

ensino superior brasileiro manteve-se com a estrutura advinda de Portugal, onde a Universidade de Coimbra era a sua principal fonte de referência (GOMES, 2011).

Do ponto de vista da organização e investimentos, a educação no Brasil tem uma defasagem histórica. Passamos séculos quase sem tocar no tema do ponto de vista das políticas públicas, sendo somente após a Primeira Guerra Mundial que se observa uma carência de ensino superior brasileiro, devido a da exigência da inclusão de pesquisa, forçada pelo desenvolvimento econômico do país (BOTTONI et al., 2013). Somente a partir dos anos de 1930 são criadas as primeiras universidades públicas no Brasil, com a junção de escolas superiores de formação profissional, contando também, com a transformação das escolas confessionais existentes. A partir de então, até início dos anos 1970, a fundação de tais universidades expande-se por todos os grandes centros, muitas delas consolidando-se, sendo, algumas, privadas (MENEZES, 2000).

Ao longo dos anos de 1970, foi possível observar o aumento na quantidade de universidades estaduais, também de IES privadas sem fins lucrativos; voltadas estas, quase que exclusivamente para atividades de ensino e com pouca atuação em atividades de pesquisa e pós-graduação (MENEZES, 2000). Neste meio, foi quando o ensino superior particular ganhou força, sendo motivado e ampliado pela grande demanda dos estudantes que não conseguiam vagas nas universidades públicas e questionavam os governos pela falta de oportunidades de estudar (RODRIGUES, 2011).

Desde 1977, em decorrência de alterações na legislação com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei 9394/96, que possibilitou a existência de IES com finalidades lucrativas, surgem, no Brasil, grupos educacionais de capital aberto, assim como instituições pertencentes a grupos financeiros e instituições estrangeiras. Observa-se daí, uma grande expansão do ensino privado, registrando-se significativo aumento no número de matrículas no ensino superior brasileiro (BOTTONI et al., 2013).

4 CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A implementação dos primeiros Cursos de Pedagogia no Brasil é marcada por lutas e reivindicações. No início da década de 1930, o país passa por intensas mudanças políticas, econômicas e sociais decorrentes da crise internacional da economia. Isso torna o mercado de trabalho mais exigente, impondo maior escolarização como condição de acesso, levando a população trabalhadora a se organizar e reivindicar mais escolas.

Dentro desta perspectiva de mudanças, o governo começou a tomar iniciativas que

respondessem a tais reivindicações. Paralelamente, um grupo de intelectuais educadores sob a inspiração de novos ideais de educação, lançou um movimento de renovação educacional e em 1932 publicou o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (SOKOLOWSKI, 2013). Dentre outros assuntos, o Manifesto incorporou as reivindicações populares por mais escolas e defendeu a universalização do ensino. O movimento escolanovista entendia que o agravante processo de industrialização necessitava de políticas educacionais que modernizassem a educação. Eles defendiam uma nova pedagogia que fosse eficaz na formação dos cidadãos a esse processo. Davam muita importância para uma organização racional do trabalho ao ponto de valorizarem “métodos de uma pedagogia que viabilizasse, no meio escolar, a realização das máximas organizadoras exigidas pelo trabalho industrial.” (SHIROMA; et al, 2007, p. 19).

Segundo o Manifesto, para que se ampliasse o número de escolas e também a universalização do ensino, era preciso que ocorresse a formação e a profissionalização dos professores e de técnicos em educação. Com isso, os Pioneiros participavam dos movimentos sociais de educadores que lutavam pela criação de mais universidades no Brasil (SOKOLOWSKI, 2013).

Atendendo a essas reivindicações foram criadas a Universidade de São Paulo, em 1934, e a Universidade do Distrito Federal, em 1935. Foi com a fundação dessas universidades que se organizaram e se implantaram as licenciaturas e o curso de pedagogia, estendidos para todo o país pelo Decreto-Lei nº 1.190 de 4 de abril de 1939. Este Decreto-Lei organizou a Faculdade Nacional de Filosofia, que tinha por finalidades, dentre outras, a de preparar candidatos ao magistério do ensino secundário e normal e preparar trabalhadores intelectuais para o exercício de atividades técnicas (SOKOLOWSKI, 2013). Com duração de 3 anos era formado o bacharel, para a formação do licenciado era acrescentado mais um ano de didática, passando a ser conhecido como o esquema 3+1. O curso desde seu início formava bacharéis e licenciados em Pedagogia, sendo os 3 anos dedicados às disciplinas de conteúdo, ou seja, para os próprios fundamentos da educação. O curso de Didática, no 4o ano, destinado a todos os cursos de licenciatura, contava com as seguintes disciplinas: Didática Geral, Didática Especial, Psicologia Educacional, Administração Escolar, Fundamentos Biológicos da Educação, Fundamentos Sociológicos da Educação (FURLAN, 2008, p. 3864).

Em 1946, como resultado do processo de redemocratização do país, uma nova Constituição foi promulgada. O Art. 5º, inciso XV, alínea d) da Constituição estabelecia como competência da União legislar sobre as diretrizes e bases da educação. Em 1948 um anteprojeto para estas diretrizes foi enviado à Câmara Federal. Este anteprojeto suscitou muitos debates

entre posições ideológicas antagônicas fazendo com que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação só fosse fixada em 1961 (SOKOLOWSKI, 2013). A homologação da Lei nº 4.024/61 não modificou a estrutura do curso de pedagogia, mantendo o esquema 3+1 por mais de duas décadas:

Com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, Lei nº 4.024, emanam os pareceres do Conselho Federal de Educação de nº 251/62, que mantém o curso de bacharelado em Pedagogia, e o de nº 292/62, que regulamenta as licenciaturas. (SILVA, 1999, p. 14).

Durante estes quase 70 anos do curso de Pedagogia no Brasil, pode-se perceber inúmeros problemas e dificuldades que acompanharam sua trajetória. Sua regulamentação permanece sem alterações da criação a 1972, quando foi reformulado em função do novo projeto educacional e a consequente legislação educacional do governo militar. Neste momento, buscava-se tanto atender às novas exigências legais quanto equacionar os questionamentos acerca das funções do curso e da sua estruturação curricular (FURLAN, 2008, p. 3874).

Na década de 1980 surgiram movimentos de educadores que visavam à reestruturação da educação no país, guiados por ideais democráticos. Buscavam-se o estatuto epistemológico e a identidade do curso de pedagogia. Na década de 1990 o Brasil entrou na era neoliberal e a globalização se fez sentir no campo educacional com organismos internacionais determinando as políticas educacionais em mais de 150 países. São estas políticas educacionais que atualmente delineiam o novo perfil do pedagogo (SOKOLOWSKI, 2013).

O pedagogo da atualidade precisa continuar dando conta de novos desafios e mudanças relacionadas às demandas de sua formação. O perfil deste profissional vem sendo traçado a cada fato e acontecimento, pois sua área de atuação está sempre em constante processo de construção, deixando assim, possibilidades para que este perfil seja sempre transformado e ressignificado.

5 DO PROVÃO AO ENADE

Segundo Verhine (2006, p. 295), na metade da década de 1990 o governo brasileiro iniciou um processo gradual de implementação de um sistema de avaliação do ensino superior. O processo teve início em 1995 com a Lei 9.131, que estabeleceu o Exame Nacional de Cursos – ENC, conhecido popularmente como “Provão”, a ser aplicado a todos os estudantes concluintes de campos de conhecimento pré-definidos.

A partir de 2003, Ministério de Educação propõe uma reformulação no modelo avaliativo. O chamado Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) se

ocupou em identificar várias das deficiências do exame utilizado anteriormente e em fundamentar os conceitos, princípios e características da nova proposta. Em contraste com o sistema anterior de avaliação, a abordagem da proposta foi pensada como sistêmica e com foco na instituição. Com o SINAES pode-se perceber a separação nítida entre avaliação institucional e avaliação de curso e, nesse momento, a avaliação de desempenho de estudante, o ENADE, foi instituída pela Lei 10.861/2004. (VERHINE, et al, 2006, p. 295).

6 O CENTRO UNIVERSITÁRIO CESUCA E O ENADE³

Localizado no município de Cachoeirinha-RS, surge em 2004 a Faculdade Inedi, resultante do processo de evolução do Colégio Inedi (Instituto Educacional Integrado). O Cesuca (Complexo de Ensino Superior de Cachoeirinha) é criado como entidade mantenedora. Em 2005 os cursos de Administração e Ciências Contábeis começam a funcionar e, em 2008 Matemática e Pedagogia inauguram as Licenciaturas. Em 2016, devido ao excelente desempenho no ENADE, torna-se uma das melhores faculdades privadas do Rio Grande do Sul. Essas características atraem a atenção de investidores, e é adquirida pelo FSG (Centro Universitário da Serra Gaúcha), que a incorpora ao seu portfólio. Em abril de 2018 passa a fazer parte da Cruzeiro do Sul Educacional, um dos mais importantes grupos educacionais do país.

O ano de 2020 marca o seu credenciamento como Centro Universitário Cesuca, pelo Ministério da Educação. Seus Cursos de Graduação, Pós-Graduação e Extensão nas áreas de Ciências Jurídicas e Sociais, Negócios, Saúde, Tecnologia / Inovação e Licenciatura estão em alinhamento com mercado de trabalho e a maioria tem conceitos 4 ou 5 do MEC.

7 PERFIL DOS DOCENTES DO CURSO DE PEDAGOGIA E SUAS CONCEPÇÕES EM RELAÇÃO AO TEMA “FORMAÇÃO GERAL”

O Curso de Pedagogia do Centro Universitário Cesuca conta com cinco professores. Destes, três são graduados em Pedagogia e doutores em Educação, sendo um graduado e doutor em História e um graduado em Informática e doutor em Informática na Educação. Todos possuem experiência média de mais de cinco anos de docência no Ensino Superior, bem como, experiência na gestão de entidades educativas e culturais.

Ao serem questionados sobre a importância do ENADE foram unânimes em afirmar sua importância para a qualificação do Ensino Superior, respondendo ser uma possibilidade de

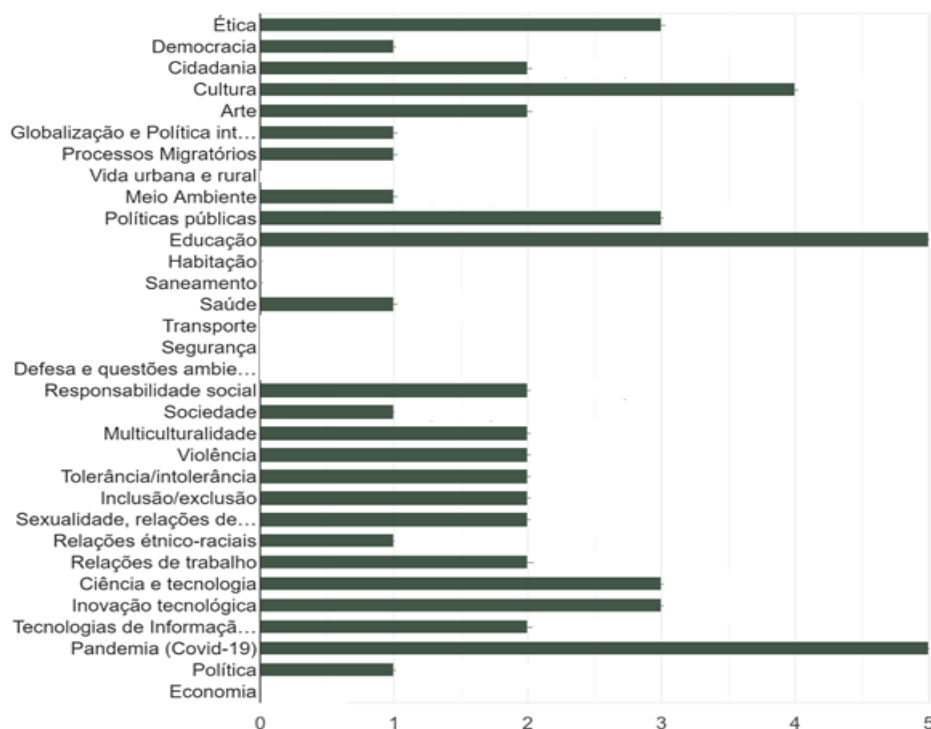
³ As informações para a construção deste subcapítulo foram retiradas do site institucional: www.cesuca.edu.br/a-cesuca Acesso em 20/09/2021.

verem sua didática nos métodos aplicados durante a formação em análise. Também argumentaram que um curso bem avaliado tem boa imagem e aceitação no mercado, favorecendo assim o educando.

Os participantes também apontaram que, para suprir essas demandas ligadas ao tema “Formação Geral”, em suas aulas, além dos conteúdos direcionados, abordam seus conteúdos a partir do debate de questões atuais, nacionais e internacionais, pois acreditam que a discussão dos acontecimentos político-sociais, econômicos e culturais, auxiliam no entendimento dos conceitos que trabalham em sala. A partir da Tabela 1, Temas mais abordados pelos docentes no que se refere a “Formação Geral”, podemos perceber isso.

Tabela 1 – Temas mais abordados pelos docentes no que se refere a “Formação Geral”

23 – Caso você tenha marcado sim para as questões 21 e 22, nos diga quais os temas mais abordados. Você pode marcar até 5 itens



Questão 23, do Formulário aplicado aos docentes do Curso de Pedagogia

8 PERFIL DOS DISCENTES PARTICIPANTES DO ENADE 2021 E SUAS PERSPECTIVAS SOBRE O TEMA “FORMAÇÃO GERAL”

O grupo de discentes participantes do ENADE 2021 é formado por 12 alunos. Com diferentes faixas etárias que variam dos 20 até os 49 anos, todos os participantes estão na primeira formação acadêmica e mesmo estando no final da graduação, a maioria dos participantes ainda não atua na sua área de formação. Tal dado corrobora com pesquisa divulgada em 18 de abril de 2021 pelo Núcleo Brasileiro de Estágios (Nube), que informa que

Complexo de Ensino Superior de Cachoeirinha

“apenas 14,87% dos recém-formados que pegaram o diploma em 2019 e 2020 conseguiram vagas nas suas áreas de formação”⁴, o que demonstra as dificuldades próprias de nosso tempo no que se refere a empregabilidade.

Todos residem nas proximidades do Centro Universitário Cesuca, nas cidades de Cachoeirinha ou na cidade vizinha, Gravataí. Destes, 83,3% trabalharam e cursaram a faculdade ao mesmo tempo, confirmando a realidade da maioria dos estudantes brasileiros que precisam desdobrar-se para alinhar estudo e trabalho (PAULA, 2013, p. 465).

Quando questionados acerca do ENADE como componente curricular necessário para a obtenção do diploma, todos os participantes responderam conhecer a informação, contudo, nem todos se posicionaram a favor da realização da prova - 16,7% responderam que não acham um método eficaz. Os participantes também foram unânimes quando questionados se o assunto ENADE teria sido mencionado pelos professores em aula, todos respondendo que sim.

Especificamente sobre o tema “Formação Geral”, ao serem questionados acerca da necessidade de estarem sabendo dos debates e conhecimentos gerais que envolvem a sociedade, foram também unânimes as respostas, todos concordam que sim, e também, todos afirmam que os seus professores abordaram temas da atualidade da sociedade brasileira e internacional em suas aulas.

Aqui, percebemos que a interdisciplinaridade pode promover uma nova forma de trabalhar o conhecimento, facilitando a “interação entre sujeitos-sociedade-conhecimentos na relação professor-aluno, professor-professor e aluno-aluno”, fazendo o ambiente de sala de aula dinâmico e vivo e, desta forma, oportunizando que os conteúdos sejam problematizados e vislumbrados juntamente com a realidade (AZEVEDO, 2007, p. 259).

Porém, alguns assuntos, de acordo com os participantes, não foram trazidos pelos professores e debatidos em aula, como cultura, meio ambiente, sexualidade e relações de gênero. Segundo dados levantados na tabela 2, os participantes sentem a necessidade de tais temas serem mais abordados durante a sua formação.

Consideramos que estes temas sejam importantes não somente pelo conhecimento para a realização do ENADE, mas justamente para a futura ação docente dos alunos do curso de Pedagogia. Tais temas implicam diretamente nas práticas pedagógicas de cada professor, por isso é necessário que sejam vistas e debatidas durante a graduação, e sempre revisitadas.

⁴ SOBRINHO, Wanderley Preite. 5 em cada 10 formados entre 2019 e 2020 estão sem trabalhar, diz pesquisa. Disponível em <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/04/18/desemprego-coronavirus-recem-formados-pesquisa-diploma.htm?cmpid=copiaecola> Acesso em 10/08/2021.

Tabela 2 – Temas que deveriam ser mais abordados pelos docentes



Questão 31, do Formulário aplicado aos discentes participantes do ENADE 2021.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos observar a partir deste trabalho, aqui apresentado com seus resultados parciais, que a comunidade do Centro Universitário Cesuca que realizará a prova ENADE 2021 está ciente da importância do mecanismo e, de como ele reflete em suas trajetórias. Foi possível observar que nosso grupo em questão reflete a realidade de grande parcela da população brasileira que precisa estudar e trabalhar ao mesmo tempo, além, de sofrer com um futuro incerto quando acabar sua graduação. Mesmo com essa perspectiva presente, o grupo analisado, até aqui, se mostrou confiante e certo de que temas importantes sobre as realidades da atualidade foram abordados durante sua formação e que este fato confere a eles um diferencial em suas formações.

Para os próximos passos do trabalho, vamos nos focar no resultado que obteremos a partir da realização de oficinas pontuais voltadas ao tema “Formação Geral” das provas ENADE.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, M. A. R. O conhecimento em sala de aula: a organização do ensino numa perspectiva interdisciplinar. In: *Educar*. Curitiba, n. 30, p. 235-250, 2007. Editora UFPR.
- BOTTONI, A; SARDANO, E. J.; COSTA FILHO, G. B. *Uma breve história da Universidade no Brasil: de Dom João a Lula e os desafios atuais. Gestão universitária: os caminhos para a excelência*. Porto Alegre: Penso. 2013.
- BRASIL. Lei 9131/95 – Criação do Conselho Nacional de Educação-CNE, 1995.
- BRASIL. Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação 1996.
- BRASIL. Lei 20.861/2004 – Institui o Sist. Nacional de Avaliação da Educação Superior, 2004.
- FURLAN, C.M.A. A história do curso de Pedagogia no Brasil: 1939-2005. In: *Congresso Nacional de Educadores*. Paraná. Anais eletrônicos. Paraná: PUCPR, 2008.
- GOMES, P. A. O desenvolvimento brasileiro. In: S. S. Colombo, G. M. Rodrigues (Orgs.). *Desafios da gestão universitária contemporânea*. Porto Alegre: Penso, 2011.
- MAGALHÃES, A. M. *A identidade do ensino superior: a educação superior e a universidade*. Revista Lusófona de Educação, v. 7, p. 13-40, 2006.
- MENEZES, L. C. *Universidade sitiada: a ameaça de liquidação da universidade brasileira*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- PAULA, M. F. C.; VARGAS, H. M. A inclusão do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante. In: *Avaliação*. Campinas; Sorocaba, SP, v. 18, n. 2, p.459-485, jul. 2013.
- PERROTTA, Umberto. *O bicentenário da Faculdade de Medicina da UFRJ*. Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões. Vol. 35 - Nº 5, Set. / Out. 2008
- RODRIGUES, G. M. Ensino privado: a qualidade e a imagem. In: S. S. Colombo (Orgs.), *Desafios da gestão universitária contemporânea*. Porto Alegre: Penso, 2011.
- SHIROMA, E. O.; et al. O. *Política educacional*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.
- SILVA, C. S. *Curso de Pedagogia no Brasil: História e Identidade*. SP: Ed. Associados, 1999.
- SOBRINHO, W. Preite. *5 em cada 10 formados entre 2019 e 2020 estão sem trabalhar, diz pesquisa*. Disponível em <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/04/18/desemprego-coronavirus-recem-formados-pesquisa-diploma.htm?cmpid=copiaecola> Acesso em 10/08/2021
- SOKOLOWSKI, M. T. *história do Curso de Pedagogia no Brasil*. PUC Campinas. 2013.

VERHINE, R.E, et al. Do Provão ao ENADE. In: *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v.14, n.52, p. 291-310, jul./set. 2006.